

A MULHER MUÇULMANA NO BRASIL – UM PAÍS HEGEMONICAMENTE CRISTÃO: ESTUDO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**Muslim Women in Brazil – a Hegemonically Christian Country: Study
From the Municipality of Londrina**

*Ana Karolina Celestino Soares**
*Claudia Neves da Silva**

Resumo: A pesquisa realizada pretendeu explorar as experiências das mulheres muçulmanas em um contexto majoritariamente cristão, destacando as dificuldades enfrentadas devido ao preconceito de gênero, religioso e cultural. Portanto, o objetivo do artigo é apresentar os desafios enfrentados por mulheres muçulmanas na cidade de Londrina/Brasil, em relação à sua identidade de gênero, religião e cultura. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, utilizando o Alcorão, livro sagrado do Islã, principalmente o capítulo intitulado “An Nissa” (“As Mulheres”), revisão literária de artigos pertinentes à temática para aprofundamento teórico e a realização de uma entrevista coletiva com três mulheres muçulmanas que frequentam a Mesquita Rei Faïçal, localizada no município de Londrina. Por meio desta pesquisa, tivemos por intenção estimular o diálogo acadêmico e profissional sobre a diversidade religiosa no Brasil, enriquecendo o entendimento do Serviço Social sobre a pluralidade de identidades culturais e religiosas presentes no país.

Palavras-chave: Mulher muçulmana; identidade de gênero; religião; cultura

Abstract: The research carried out aimed to explore the experiences of Muslim women in a predominantly Christian context, highlighting the difficulties faced due to gender, religious and cultural prejudice. Therefore, the objective of the article is to present the challenges faced by Muslim women in the city of Londrina/Brazil, in relation to their gender identity, religion and culture. The methodology adopted was documentary research, using the Quran, the holy book of Islam, mainly the chapter entitled “An Nissa” (“The Women”), a literary review of articles relevant to the theme for theoretical deepening and the holding of a collective interview with three Muslim women who attend the Rei Faisal Mosque, located in the municipality of Londrina. Through this research, we intended to stimulate academic and professional dialogue about religious diversity in Brazil, enriching Social Service's understanding of the plurality of cultural and religious identities present in the country.

Keywords: Muslim woman; gender identity; religion; culture

*Assistente Social formada pela Universidade Estadual de Londrina. Foi bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. E-mail: ana.karolina.celestino@uel.br;

**Doutora em História. Profa. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social e do Departamento de Serviço Social/Universidade Estadual de Londrina. E-mail: claudianeves@uel.br

Introdução

A escolha em estudar a religião islâmica surgiu por acaso. Inicialmente, a intenção era redigir um artigo centrado nas correntes religiosas ligadas ao cristianismo, dada a minha maior familiaridade com suas doutrinas. No entanto, durante pesquisa na internet, deparei-me com a imagem de uma mulher muçulmana vestindo um niqab, vestimenta islâmica que cobre completamente o rosto, deixando apenas os olhos visíveis. Imediatamente, a imagem me confrontou com o desconhecido. Até então, nunca havia pensado no Islã, e minhas percepções sobre a religião eram moldadas principalmente pela mídia, que frequentemente a associava a grupos terroristas. Ao contemplar os olhos daquela mulher, fui instigada pela curiosidade. Senti a necessidade de compreender mais sobre suas crenças, sua fé e o que a motivava a se vestir daquela maneira.

Devido à falta de conhecimento da população ocidental sobre a religião islâmica, as mulheres muçulmanas frequentemente enfrentam preconceitos decorrentes da intolerância religiosa. O uso do véu, considerado por muitos como um símbolo de opressão, também é alvo de discriminação. Em consonância com os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade brasileira, o véu ainda é frequentemente interpretado como um indicativo de controle masculino. Como consequência, as mulheres muçulmanas são muitas vezes percebidas como vítimas desse controle (Taha; Almeida, 2022, p. 31).

Assim, por meio do estudo realizado, procurou-se compreender o conflito cultural e religioso que as mulheres muçulmanas no Brasil enfrentam, como lidam com o preconceito e como continuam a professar a sua fé?

O objetivo é apresentar os desafios enfrentados por mulheres muçulmanas no Brasil em relação à sua identidade de gênero, religião e cultura. Para tanto, recorreremos a leitura do Alcorão, livro sagrado do Islã, especialmente o capítulo intitulado “An Nissa” (“As Mulheres”) e a realização de uma

entrevista coletiva com três mulheres muçulmanas que frequentam a Mesquita Rei Faíçal localizada na cidade de Londrina.

Nosso propósito é contribuir para promover uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por mulheres muçulmanas em um contexto culturalmente dominado pelo cristianismo, tendo Londrina como estudo de caso, destacando suas experiências, necessidades e lutas. Ao examinar a adaptação das práticas religiosas e culturais muçulmanas em Londrina, o estudo pode contribuir para a promoção da tolerância e igualdade de direitos entre diferentes grupos religiosos e culturais na sociedade londrinense, combater estereótipos e fomentar um diálogo mais inclusivo e respeitoso, promovendo e garantindo a diversidade cultural.

1. Breves considerações sociológicas

Existe um consenso entre pessoas religiosas e pesquisadores dos fenômenos religiosos de que as religiões exercem influência significativa na vida tanto de indivíduos religiosos quanto daqueles que não o são, proporcionando-lhes um sentido para suas vidas, orientando suas práticas e impactando diversas dimensões da vida social, incluindo linguagem, vestimenta, alimentação, formas de expressar-se e relações interpessoais. Contudo, há uma falta de consenso quando se trata de definir o que constitui uma religião.

Para os adeptos de uma fé, a definição muitas vezes emerge a partir das estruturas de valores fundamentais do próprio grupo religioso. Em outras palavras, a essência do grupo serve como base para a definição de religião. Por outro lado, os pesquisadores dos fenômenos religiosos objetivam, entre outros, analisar a coerência nos discursos dos religiosos sobre si mesmos, confrontando-os com suas práticas, a influência da religião nas relações sociais, políticas e mesmo econômica, entre outros objetivos.

A palavra “religião” tem sua origem no latim “religare”, significando

aquilo que une as pessoas em torno de algo comum, intrinsecamente ligado às crenças e práticas do grupo. A religião representa uma dimensão pela qual as pessoas se congregam, estabelecendo um núcleo mínimo de consenso em relação a vários aspectos sociais. Essa coesão possibilita a formação de laços de solidariedade fundamentados em uma ética que se respalda na crença compartilhada pelo grupo.

Em uma perspectiva sociológica, as religiões são compreendidas como conjuntos de dogmas e doutrinas que prescrevem como os indivíduos devem viver em comunidade, estabelecendo normas sobre as funções desempenhadas pelo homem e pela mulher na estrutura social. Embora essa estrutura tenha como fundamento uma dimensão linguística e social, as concepções em torno da definição e análise da religião podem sofrer modificações, dependendo da abordagem teórica adotada pelo cientista social.

Auguste Comte, de acordo com Baptista (2004), via as religiões como obstáculos ao progresso científico. No entanto, paradoxalmente, ele defendia a criação de uma religião civil para a nova sociedade, encarregada de formular suas próprias doutrinas. No primeiro caso, Comte descarta as religiões como fonte de explicação para entender a humanidade e a natureza, acreditando que a ciência iluminista desempenhava plenamente esse papel. No segundo caso, ele reconhece a necessidade de estabelecer uma estrutura mística que conferisse sentido e coerência aos grupos participantes da sociedade moderna.

Durkheim abordava a religião como um sistema solidário de crenças e práticas relacionadas ao sagrado, reunindo em uma comunidade moral, denominada igreja, todos aqueles que aderiam a ela (Baptista, 2004).

Marx, por sua vez, via a religião como uma tentativa frustrada de alcançar a emancipação humana (Baptista, 2004). Ele destacava a importância de estudar as relações entre os indivíduos para entender porque as religiões se apresentavam como organizações cruciais para a vida humana. Para Marx, a

religião seria um reflexo da consciência imperfeita que o homem tem de si mesmo como ser social, sendo que em uma sociedade sem autonomia, a religião seria fabricada.

Baptista (2004) relata que Weber percebia nas religiões um esforço da racionalidade para conferir coerência à condição de vida do ser humano em sociedade. Seus estudos tinham como foco comparar a influência de diferentes pensamentos religiosos em vários processos econômicos, buscando compreender, por meio de relações diretas e indiretas, a formação dos respectivos sistemas civilizatórios.

É por esse motivo que para as ciências sociais, a religiosidade é um aspecto universal impregnado pela cultura. Todas as culturas fornecem algum tipo de reflexão e resposta para um problema também universal: a finitude da existência humana ou a morte. Todas as religiões, em certa medida, buscam esclarecer para seus adeptos o mistério da morte e o que ocorre após ela. Os adeptos acreditam em algo que se configura como informação sobre o mundo vivido e o mundo sobrenatural, isto é, o mundo humano e o mundo que transcende o natural. É dessa forma que a fé, os mitos e os rituais são estruturados (Junior, s/d, p. 21).

As religiões também possuem a capacidade de funcionar como instrumentos de controle e poder político. Além disso, podem orientar movimentos de ruptura e revolta, bem como desencadear conflitos entre nações com base em suas divergências teológicas ou incongruências éticas. Essas dinâmicas históricas incluem conflitos desde a antiguidade até as crises entre católicos e protestantes e, mais recentemente, nas controvérsias envolvendo práticas islâmicas no contexto do mundo ocidental (Junior, s/d, p.20).

A análise dos principais estudiosos da sociedade revela que a religião desempenha um papel crucial na garantia e manutenção da coesão social. Isso ocorre por meio da racionalização das concepções de mundo e

comportamentos tanto de homens quanto de mulheres, ao mesmo tempo em que determina e legitima os papéis de ambos na sociedade.

Conforme observado, o homem muitas vezes é retratado como o porta-voz de Deus e guia ao caminho correto, enquanto a função atribuída à mulher se concentra na criação dos filhos e nos cuidados domésticos. A religião impõe e reproduz concepções de mundo e normas de comportamento, estabelecendo uma hierarquia a ser respeitada, seja por meio da coação ou da coerção.

E como não poderia ser diferente das demais, a religião Islâmica, enquanto sistema de crenças e práticas, reforça, legitima e reproduz, normas e valores.

2. A religião islâmica no Brasil - país majoritariamente cristão

Segundo Palazzo (2014), os primórdios do Islã são conhecidos por meio de relatos que descrevem a vida do profeta Muhammad, conhecido em português como Maomé, geralmente retratado como um mercador árabe nascido em Meca por volta do ano 570 d.c., pertencente à tribo dos Quaraish. A partir de 610 d.c., Muhammad teria recebido revelações diretas de Deus, conhecido como Allah em árabe, anunciadas pelo anjo Gabriel, tornando-se um novo profeta em uma região onde conviviam pessoas de diversas religiões, incluindo judeus e cristãos. É importante ressaltar que a maioria das informações sobre Muhammad só foram registradas por escrito após sua morte em 632 d.c (Palazzo, 2014, p. 161).

Palazzo (2014) destaca a obra de Muhammad Bin Jarir al-Tabari, datada do início do século X, uma das fontes mais utilizadas pelos historiadores para pesquisar sobre o Profeta e o novo monoteísmo que surgia na Península Árábica. Essa obra registra diversos eventos, muitas vezes referenciando uma cadeia e transmissão oral. Al-Tabari frequentemente fornece mais de uma versão para os mesmos fatos, dependendo da variedade de testemunhas que se

manifestaram sobre eles até o momento em que foram colocados por escrito (Palazzo, 2014, p. 161).

Segundo Palazzo (2014), além dos cronistas como al-Tabari, outros textos essenciais para compreender os primeiros anos do Islã incluem o próprio Alcorão ou Corão, o livro sagrado do islamismo, e os Hadith, que são um conjunto de discursos e ações atribuídos ao profeta Muhammad. Esse corpus documental requer cuidado em sua utilização, uma vez que seus registros são todos muito posteriores aos acontecimentos e têm como objetivo principal a consolidação da fé islâmica. No entanto, para a pesquisa histórica, é crucial entender esse conjunto de documentos como fundamentais para o surgimento de uma nova religiosidade, sem necessariamente fazer considerações sobre a veracidade das revelações a Muhammad ou sobre a autenticidade efetiva dos Hadith (Palazzo, 2014, p. 161).

O termo “Islã” é uma adaptação para o português da palavra árabe “islam”. Em árabe, essa palavra traduz-se como “submissão” e têm sua origem em “salam”, que significa paz. Nesse contexto, o significado da palavra paz não está relacionado ao conceito de guerra, mas sim a um estado de harmonia entre corpo e espírito (Silva, s/d). O seguidor do islamismo é chamado de muçulmano ou muçulmana, termos que também possuem origem na língua árabe. Essas palavras derivam de “muslim”, que significa submisso. Assim, dentro da fé islâmica, um muçulmano é alguém que se submete a Deus (Allah).

O Islã é a segunda maior religião do mundo, com aproximadamente 1,8 bilhão de seguidores, a maioria concentrado nos continentes asiático e africano (Silva, s/d).

Segundo Osman (2019), as pesquisas acadêmicas acerca da presença de muçulmanos no Brasil são recentes. O interesse por essa temática aumentou significativamente após os ataques do 11 de setembro de 2001, com foco nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciências da Religião. Notavelmente, a

contribuição do campo histórico ainda é limitada, em comparação com outras áreas de estudo.

Conforme o censo realizado em 2010, o islamismo apresentou um crescimento, com 35.167 seguidores, representando um aumento de 29,1%. Desse total, 59,8% eram do sexo masculino. Na área rural do país, o crescimento foi ainda mais expressivo, atingindo 49,2% (Ribeiro, 2012).

O Islã foi introduzido no Brasil no final do século XVIII pelos escravos provenientes das regiões islamizadas da África. A influência do Islã na África teve início no século VII, com a invasão de povos árabes no norte do continente. A resistência foi limitada e a região passou a ser governada por califas, que introduziram a religião islâmica nas terras conquistadas, juntamente com práticas culturais árabes. Até os dias atuais, o islamismo permanece como a religião predominante nessa área, embora haja uma fusão com práticas animistas e fetichistas ancestrais em diversas tribos (Ribeiro, 2012).

Os primeiros muçulmanos a chegarem forçadamente ao Brasil eram predominantemente Haussás, seguidos por cativos dos reinos Turma, Borgu, Borno, Nupe e outros reinos vizinhos dos Haussás, todos localizados no Sudão central. Devido à forte influência cultural árabe na região, esses indivíduos trouxeram consigo a fé muçulmana e ficaram conhecidos no Brasil como malês, derivado do termo iorubá “imali”, que significa “renegado que adotou o islamismo”. Apesar do notável desenvolvimento cultural desses negros malês, que incluía a habilidade de ler e escrever em árabe, foram compelidos a despir suas túnicas brancas e a viajar vestidos precariamente nos porões escuros dos navios negreiros (Ribeiro, 2012, 110).

Mesmo com a hostilidade própria da relação entre senhor e escravo, muitos malês foram destinados a atividades ligadas ao comércio em virtude de sua habilidade em ler e escrever (cf. Freyre, 1980, p. 229), tornando-se negros de ganho (escravos que faziam serviços urbanos e recebiam um salário). Por causa desta peculiaridade, muitos malês chegaram, mesmo com dificuldade, a comprar sua alforria e alguns desses alforriados até conseguiram desenvolver patrimônio

financeiro maior que o de certos brancos. Mas esta característica não os livrava do domínio do colonizador, pois, para realizar negócios, estes negros livres precisavam estabelecer alianças sociais que exigiam, não só subserviência social, como também religiosa, sob pena de revogação das cartas de alforria.

Ainda de acordo com Ribeiro (2012), o diferencial trazido pelos negros malês revelou-se extremamente vantajoso, proporcionando-lhes acesso a ambientes aos quais os demais escravizados iletrados não tinham permissão. Gradualmente, conquistaram não apenas posições na economia, tornando-se pequenos comerciantes quando libertos, mas também espaços para praticar e desenvolver sua fé. Diante dos brancos, aparentavam aceitar a religiosidade católica, chegando a adotar novos nomes de batismo para tal propósito. Essa prática - é conhecida, segundo Osman (2019), como *taqqiya* - constitui-se em uma aceitação aparente da religião dominante, enquanto secretamente praticam sua fé.

Após a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, houve uma diminuição das restrições às religiões não católicas. No entanto, apesar dessa mudança, não existem registros evidentes da continuidade do Islã, que, aparentemente tão organizado e robusto, não deixou vestígios. Somente após o término da Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes árabe-sírio-libaneses ao Brasil e a garantia concedida às suas práticas religiosas pela Constituição de 1946, é que se estabeleceu a comunidade islâmica que conhecemos hoje. Assim, há um hiato temporal sem informações sobre o destino que esses grupos malês possam ter tido (Ribeiro, 2012).

Apesar de existirem muçulmanos no Nordeste brasileiro desde o século XVIII, uma comunidade islâmica formal não foi estabelecida até por volta de 1860. Esse desenvolvimento ocorreu com a chegada de imigrantes libaneses, sírios e palestinos do Império Otomano. Esses primeiros imigrantes eram comumente tratados como turcos, independentemente de serem sírios, libaneses ou palestinos Ribeiro (2012).

Conforme Osman (2019), as primeiras ondas migratórias muçulmanas foram caracterizadas por um projeto inicialmente concebido como provisório. Os imigrantes tinham a intenção de se estabelecer no Brasil, alcançar sucesso econômico e, posteriormente, retornar aos seus países de origem. Em razão desse plano, organizaram-se com base em laços familiares próximos ou regiões de origem, buscando assim preservar uma identidade étnica (árabe) e religiosa (muçulmana). Ribeiro (2012) elucida que uma segunda onda de imigrantes chegou ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

Com a ocupação da Palestina e os conflitos em crescimento no Oriente Médio, uma nova onda de imigrantes árabes, em sua maioria muçulmanos, chegou ao Brasil fugindo dos conflitos com Israel. Conforme Ribeiro (2012), o crescimento da comunidade islâmica progrediu a ponto de, em 1970, ocorrer o primeiro Congresso Internacional Islâmico dos Muçulmanos do Brasil, contando com a participação do Irã e da Turquia.

Atualmente, estima-se que existam cerca de 8 milhões de árabes e seus descendentes no Brasil, sendo que mais de 6 milhões têm origem libanesa (Moreira, 2006 *apud* Ribeiro, 2012). Observa-se uma presença significativa de brasileiros nas mesquitas e estima-se que no Brasil haja aproximadamente um milhão e meio de muçulmanos. No entanto, é difícil obter um número exato devido à natureza do islamismo, que, ao contrário das religiões cristãs, não possui um ritual público de adesão à fé. Tornar-se muçulmano requer apenas a crença nos seis pilares da fé e a pronúncia do Testemunho, algo que pode ser feito individualmente, em qualquer local.

Dentro do islamismo, o termo usado para identificar um novo seguidor é “revertido”. Essa terminologia reflete a crença de que todo ser humano nasce muçulmano e, portanto, uma conversão é, na verdade, um retorno ao estado original. Assim como o termo “Islã” significa “obediência absoluta ao Criador” e “submissão à vontade de Deus”, reverter ao Islã implica em submeter-se

novamente ao Criador do universo, Allah (Hama *apud* Ribeiro, 2012, 121).

Ribeiro (2012) salienta que a maioria dos revertidos que frequentam as mesquitas são do sexo feminino, cerca de 70%. Como as mulheres são dispensadas das obrigações religiosas nas mesquitas, isso dificulta ainda mais a elaboração de estatísticas precisas sobre os fiéis. Em relação à faixa etária, grande parte concentra-se entre 20 e 40 anos.

Na maioria das vezes, o que atrai os jovens brasileiros para o islamismo é a curiosidade em relação ao exótico. Um poderoso instrumento utilizado atualmente na disseminação da religião islâmica são as redes sociais. Centenas de comunidades ligadas ao Islã estão presentes nessas plataformas, divulgando doutrinas e atendendo aos curiosos. Existem sites específicos que ensinam e incentivam a proclamação dos testemunhos para tornar-se muçulmano (Ribeiro, 2012).

Dentre as justificativas para abraçar o Islã como religião, encontramos a busca por valores morais e regras e “explicações convincentes” para os grandes questionamentos da humanidade. Muitos convertidos destacam que encontram no Islã uma religião vivida plenamente em todos os aspectos humanos. Entre as mulheres, é comum afirmarem que no Islã encontram o respeito e a valorização que não encontravam na sociedade brasileira.

Ribeiro destaca outro fenômeno de grande importância na reversão de brasileiros - o crescimento do Islã nas periferias e comunidades negras. Ribeiro (2012) respalda-se no estudo de Paulo Farah ao apontar que esse fenômeno é impulsionado pela “mensagem de igualdade racial e de justiça social” do Islã, que “tem um apelo muito grande nas comunidades mais pobres, sobretudo entre os mais jovens, que sofrem abuso policial e preconceito” (Oualalou *apud* Ribeiro, 2012, 127).

Ribeiro (2012) esclarece que, apesar das diferenças observadas dentro do Islã estabelecido no Brasil, inclusive considerando os conflitos e tensões entre

os revertidos de ascendência árabe e os revertidos brasileiros, é importante notar que a matriz muçulmana remete ao mesmo livro sagrado e à mesma ortopraxia. Esses elementos os unem na mesma ummah,[†] embora com características já ligadas à cultura brasileira. Essa interseção entre o Islã e a cultura brasileira é um campo que ainda requer mais estudos para uma compreensão mais aprofundada.

3. Islamofobia: origem e significado

Para compreender a origem da islamofobia, é necessário retornar ao ano de 1492, quando a Monarquia Espanhola Cristã invadiu a América e reconquistou a Espanha Islâmica, iniciando o processo de expulsão dos muçulmanos e judeus da Península Ibérica, um processo que só foi concluído em 1602. A expulsão estava fundamentada no ideal de “pureza de sangue”, e aqueles que permaneceram foram forçados a se converterem ao cristianismo, sendo rotulados com nomes distintivos: os muçulmanos convertidos eram chamados de mouriscos, enquanto os judeus convertidos eram conhecidos como marranos (Carvalho, 2017, 67-68).

Carvalho (2017) relata, como consequência desses eventos, o fato de os indígenas serem retratados como o “Outro” externo a Europa, considerados “o povo sem Deus”, enquanto os muçulmanos e judeus se tornaram o “Outro” interno, sendo vistos como “o povo com o Deus errado”. À medida que as relações entre os Impérios Europeus e Islâmicos evoluíram de uma “relação entre impérios” para uma “relação colonial”, a categoria de “povo com o Deus errado”, na qual estavam situados no final do século XV, foi substituída pela de animais, categoria na qual os indígenas já estavam classificados naquela época (Carvalho, 2017, 68).

[†] Ummah: Comunidade de crentes unidos com um propósito comum, adorar a Deus, e com um objetivo comum de avançar a causa do Islã.

Souza (2020) destaca a análise elaborada por Allen (2010) ao argumentar que a islamofobia é uma posição ideológica contemporânea nas sociedades ocidentais, que, de forma negativa, retrata a religião islâmica e os muçulmanos como o “outro”, como um problema para “nós”. Essa posição ideológica assume várias formas e tem diversos efeitos. A islamofobia, construída através da antítese entre o Islã e os valores liberais e seculares europeus, fundamenta-se na crença exacerbada de uma incompatibilidade incondicional entre a fé muçulmana e tais valores.

Para melhor elucidar esse tópico, Souza (2020) faz uso do conceito elaborado por Bezirgan (2011), ao descrever que essa visão sustenta que o Islã é incapaz de concordar com os princípios europeus da laicidade no espaço público e de progresso em questões sociais. Os defensores dessa perspectiva analítica, ao simplificar e generalizar as culturas e religiões, as percebem como homogêneas e, portanto, distintas umas das outras (Souza, 2020, 31).

A partir desse ponto, houve uma transição da inferiorização das religiões não cristãs para a inferiorização dos seguidores dessas religiões, como muçulmanos, judeus, entre outros. Essa mudança discursiva foi fundamental para a fusão entre a hierarquia religiosa centrada no cristianismo e a hierarquia racial/étnica eurocêntrica. Isso resultou na eliminação da distinção entre praticar uma religião não cristã e ser racializado como um ser humano inferior (Carvalho, 2017, 68).

A islamofobia, construída pela oposição entre o Islã e os valores cristãos-europeus, tende a ter um caráter mais conservador, ainda que compartilhe a percepção da religião islâmica como ameaçadora. Essa linha argumentativa também se destaca por rejeitar o multiculturalismo. Nesse sentido, Souza (2020) argumenta, respaldado no estudo de Marranci (2004), que a islamofobia está ligada ao medo que uma sociedade multicultural permita que o Islã se torne uma parte significativa da Europa e que as conexões entre essa religião e o

cristianismo provoquem transformações culturais consideráveis (Souza, 2020).

Carvalho (2017) destaca que, para a maioria dos autores, a disseminação da islamofobia teve início apenas após o término da Guerra Fria, quando o Islã foi escolhido como o “novo inimigo do Ocidente”. Essa tendência se intensificou após os ataques de 11 de setembro de 2001, quando o interesse da mídia pelo Islã se tornou predominante e o fenômeno adquiriu um caráter sistemático (Carvalho, 2017, 68-69).

Segundo Santos (2016), o conceito de islamofobia surgiu pela primeira vez na França na década de 1920, como “islamophobie”, e ressurgiu nos anos 1970. No entanto, é importante notar que essas duas aparições do termo possuem significados distintos. A primeira referia-se a conflitos e divergências internas dentro do Islã, enquanto a segunda diz respeito à aversão aos muçulmanos e ao islamismo (Santos, 2016, 2).

Santos (2016) elucida que o termo islamofobia não deve ser interpretado como estático, mas sim como algo em constante evolução e atualização; e destaca a existência de três principais correntes críticas que questionam a legitimidade do uso da palavra. Essas três correntes principais abordam questões raciais, étnicas e religiosas.

A crítica racial argumenta que a islamofobia é uma forma de racismo que se originou principalmente nas elites intelectuais e se espalhou a partir delas. Esse “novo racismo” é fundamentado no temor em relação ao Islã. Isso implica uma combinação de outros tipos de preconceitos, como os de cunho religioso e cultural. Inicialmente, é incomum que um muçulmano seja excluído unicamente por sua religião; portanto, é uma convergência de diversos fatores que contribuem para isso, como vestimenta, cor de pele, aparência física, expressões de nacionalismo, cultura, religião e história, bem como por ser imigrante ou refugiado (Santos, 2016).

Santos (2016) explica que a crítica religiosa se divide em dois pontos

principais. O primeiro ponto refere-se à apropriação, por parte de alguns muçulmanos, do termo “islamofobia” como uma maneira de evitar qualquer crítica externa à religião muçulmana, transformando-o em um escudo contra questionamentos. O segundo ponto argumenta que associar a islamofobia exclusivamente ao medo, ódio ou preconceito com o Islã em sua forma religiosa é um equívoco. Argumenta-se que os preconceitos de natureza racial, étnica e cultural são muito mais proeminentes e evidentes do que os preconceitos religiosos (Santos, 2016).

Souza (2020) argumenta que a islamofobia se tornou uma forma de racismo por não se limitar apenas à religião. Através dela, promove-se o ódio contra um grupo de pessoas, levando em consideração suas tradições culturais e experiências étnicas. O antigo racismo baseado na inferioridade biológica ressurge, por meio da islamofobia, sob a forma de um segregacionismo étnico, cultural e religioso. Além disso, compreender a islamofobia apenas sob o enquadramento religioso não apenas negligencia a questão do racismo, mas também permite uma maior legitimação dessas práticas e discursos em sociedades seculares, como é o caso da França, onde a crítica à religião é vista como saudável e um exercício da liberdade de expressão (Mondon; Winter *apud* Souza, 2020, 29-30).

Souza (2020) enfatiza que restringir a islamofobia apenas à questão da religião proporciona uma proteção confortável para os indivíduos que, ao praticarem atos e discursos islamofóbicos, argumentam que estão criticando crenças e não pessoas. Essa distinção conceitual entre religião e raça é crucial para a legitimação da islamofobia, uma vez que, no contexto atual, o racismo é inaceitável (Mondon; Winter *apud* Souza, 2020, 30).

Santos (2016) descreve a intolerância em relação aos árabes que seguem a moral islâmica, estando principalmente fundamentada na imagem estereotipada do árabe muçulmano terrorista, percebido como alguém

totalmente oposto aos valores ocidentais e fundamentalista, tanto no contexto religiosos quanto político (Santos, 2016).

A discussão sobre islamofobia nunca foi tão relevante como atualmente. A discriminação contra os árabes muçulmanos aumentou significativamente após os eventos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Desde então, a islamofobia tem se intensificado de forma alarmante; diante da crise migratória global e dos eventos relacionados a grupos terroristas de origem islâmica, as portas para migrantes e refugiados árabes e muçulmanos têm sido cada vez mais fechadas, inclusive as fronteiras territoriais (Santos, 2016).

3.1 A islamofobia de gênero e suas implicações na vida das mulheres muçulmanas em Londrina

Realizamos uma entrevista coletiva com três mulheres muçulmanas que frequentam a Mesquita Rei Façal, situada no município de Londrina, para entendermos a situação da mulher muçulmana em uma cidade cujos cidadãos são majoritariamente cristãos. Para preservar suas identidades, iremos chamá-las pelas primeiras letras de seus nomes.

A entrevista foi realizada no dia 15 de dezembro de 2023. Inicialmente, seria conduzida apenas com “L”; mas, ela intermediou o contato com mais duas frequentadoras da Mesquita que aceitaram ser entrevistadas.

Ao chegarmos à Mesquita fomos recepcionadas por “L”, com quem já havíamos entrado em contato para marcar a entrevista. Em seguida conhecemos “N”. Ambas nos convidaram para participar da cerimônia, com o objetivo de nos proporcionar uma imersão no local. A Mesquita é dividida em duas partes: a ala masculina e a feminina, separadas por uma divisória de madeira que lembra a tela de uma burca.

Após retirarmos nossos sapatos, trajamos uma vestimenta chamada quima, um véu que lembra a al-amira, cobrindo todo o cabelo e se estendendo

até a cintura, e uma saia longa, ambos na cor branca. A pregação feita pelo Sheik foi realizada em árabe e português. Durante o sermão, enfatizou-se a importância de confiar em Allah e de não negligenciar os mandamentos, citando Jesus como exemplo dessa forma de viver. Após o término da cerimônia, nos dirigimos a uma sala de aula, onde fomos apresentadas a “F”, pedagoga da Mesquita e bacharel em Serviço Social, não exercendo atualmente a profissão de assistente social. Foi nesse ambiente que iniciamos nossa entrevista.

De acordo com Moraes e Albuquerque (2023), a racialização das mulheres muçulmanas, particularmente aquelas que escolhem usar o hijab, é uma das manifestações mais evidentes de islamofobia. Elas são muitas vezes identificadas como parte de um grupo étnico árabe, o que desencadeia uma série de estereótipos e preconceitos. Relatos de insultos, ataques e diversas formas de violência são comuns quando essas mulheres estão nas ruas ou frequentam espaços públicos e privados:

O Primeiro Relatório de Islamofobia no Brasil (Barbosa et al. 2022) destaca que as mulheres muçulmanas que utilizam o hijab, enfrentam uma alta incidência de violência e discriminação no Brasil. Além disso, há uma incidência significativa de conflitos familiares, especialmente quando jovens decidem se converter ao Islam ... é possível afirmar que o espaço público representado principalmente pela rua, é o local de maior incidência de violência contra mulheres muçulmanas... (Moraes; Albuquerque, 2023, p. 3)

Na entrevista que realizamos, questionamos como é viver como muçulmanas no Brasil e quais os desafios ou oportunidades se apresentavam para elas:

Inicialmente, vale destacar que venho de uma família de ascendência judaica, o que me proporcionou uma certa familiaridade com o lenço e até mesmo com a culinária árabe. Mas, ao longo dos anos cada membro da minha família seguiu caminhos diferentes, e eu acabei sem uma religião definida. Aos 18 anos, durante um curso de alemão, conheci um grupo de pessoas da Inglaterra que eram muçulmanos. Eles me incentivaram a buscar uma religião que pudesse me guiar, e assim, comecei a ler o Alcorão. Desde então, faz 12 anos que pratico o Islã. Embora os homens tendam a olhar para nós, notamos que o preconceito não vem tanto dos homens,

eles olham para nós com um certo respeito por estarmos totalmente cobertas mesmo estando calor. Agora as mulheres olham para nós de uma forma estranha. Com o tempo aprendi a lidar com essas situações, relevando e ignorando certas coisas, mas sempre que possível tento conversar e explicar (Entrevistada N).

Ela destaca que os padrões culturais e religiosos variam de acordo com a região, como em Foz do Iguaçu, onde a presença de muçulmanos é marcante. Outra entrevistada relata que ser muçulmana no Ocidente pode ser desafiador, uma vez que é mais fácil praticar a religião islâmica em um ambiente onde são a maioria.

No Ocidente, digamos assim, não é fácil (professar a fé islâmica), porque é muito mais fácil você ser muçulmana em um lugar que você é a maioria do que o contrário (Entrevistada F).

Segundo Macedo e Barbosa (2021), em 2015, a Agência Brasil elaborou um artigo destacando casos de islamofobia ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Os incidentes relatados incluem uma aeromoça muçulmana que foi agredida com um soco em um ambulatório médico, insultada e rotulada de terrorista; uma estudante muçulmana que foi alvo de um ataque durante um trote universitário, quando seu hijab foi incendiado e o seu couro cabeludo queimado e um motorista de ônibus que discriminou uma passageira ao afirmar que não transportava “mulher-bomba”.

Além disso, foram descritos casos de preconceito no ambiente de trabalho relacionados à vestimenta, recusa de contratação e comentários como “volta para seu país”, sugerindo erroneamente que a prática da religião islâmica está restrita a determinadas nações (Macedo; Barbosa, 2021, 156).

Devido a influência dos discursos midiáticos, as mulheres muçulmanas passam a ser percebidas como símbolos da opressão de gênero, especialmente quando usam o véu. Com a disseminação desses estereótipos, os ataques islamofóbicos aumentam e se manifestam através de ameaças, assédio físico e

moral, violência, danos à propriedade e ataques nas redes sociais (Zempi *apud* Macedo; Barbosa, 2021).

O hijab ou véu islâmico, usado por algumas mulheres muçulmanas, torna-se o símbolo mais evidente do Islã no Ocidente e é interpretado pela visão ocidental como uma representação da suposta opressão que essas mulheres sofrem, sendo considerado um sinal de submissão (Macedo; Barbosa, 2021).

Isso contribui para estigmatizar a mulher muçulmana como passiva e oprimida, tornando-a um alvo vulnerável para ataques e assédios. Surge, então, um paradoxo, onde a sociedade ocidental defende o empoderamento feminino, no qual as mulheres deveriam ter liberdade de escolha, mas trata com hostilidade aquelas que optam por usar o véu (Zempi *apud* Macedo; Barbosa, 2021).

De acordo com Macedo e Barbosa (2021), atualmente observa-se uma significativa presença de mulheres muçulmanas nas redes sociais, empenhadas em promover maior conhecimento da religião islâmica. Grande parte delas utiliza vestimentas religiosas, como o véu islâmico, e em suas publicações, muitas enfatizam que o uso destas vestimentas e outras práticas de vida representam escolhas pessoais feitas sem pressão de terceiros. Elas se dedicam a esclarecer dúvidas sobre sua fé, aspectos do casamento segundo o Islã e outras questões curiosas para o público, que geralmente estão atreladas aos estereótipos veiculados pelas mídias ocidentais.

Um exemplo é a criadora de conteúdo Mariam Chami (@mariamchami_), uma mulher brasileira, muçulmana, adepta ao uso do hijab, filha de pai libanês e de mãe brasileira revertida ao Islã e adepta ao uso do véu. Mariam possui em sua conta do Instagram mais de 1 milhão de seguidores (em junho de 2024)[‡]. Por meio de sua visibilidade, a influencer compartilha o seu

[‡]No YouTube são 133 mil seguidores (setembro de 2024):
(youtu.be/SMP3Y80MTmQ?si=nJetoXOA2NzZ_Mcl)

dia a dia como mulher muçulmana, esposa e mãe. Também explica curiosidades sobre a religião islâmica e o uso do véu para, dessa forma, romper com os estereótipos ocidentais e a intolerância religiosa.

Notavelmente, muitas dessas mulheres converteram-se ao Islã por conta própria, sem terem nascido em famílias muçulmanas ou árabes. Suas histórias pessoais ajudam a desfazer o equívoco de que o Islã é uma religião exclusiva de determinados lugares, mostrando que mulheres muçulmanas podem ser brasileiras, desafiando os estereótipos e reforçando a diversidade e inclusão dentro do contexto nacional (Macedo; Barbosa, 2021).

Quanto mais uma mulher muçulmana se cobre na sociedade ocidental, onde os muçulmanos não são a maioria, mais sujeita está a microagressões (Eaton *apud* Macedo; Barbosa, 2021, 158). As microagressões são formas sutis de discriminação contra grupos minoritários e muitas vezes não são intencionais ou conscientes (Eaton *apud* Macedo; Barbosa, 2021, 158).

As autoras, mediante uma pesquisa quantitativa sobre a islamofobia no Brasil, revelam que as mulheres muçulmanas revertidas são as mais afetadas por esse fenômeno. O índice de percepção de situações de constrangimento devido à religião islâmica é de 85% para mulheres muçulmanas revertidas, em comparação com cerca de 60% para homens e 70% para mulheres muçulmanas nascidas (Macedo; Barbosa, 2021, 158).

Compreender a religião islâmica implica compreender como ela influencia as percepções, atitudes, decisões e comportamentos das pessoas muçulmanas, uma vez que o Islã não é apenas uma fé, mas também um modo de vida (Macedo; Barbosa, 2021). Ou seja, não orienta apenas as crenças espirituais, mas também permeia todos os aspectos da vida diária de seus seguidores, oferecendo um conjunto abrangente de orientações éticas, sociais e políticas, conhecido como Lei Islâmica ou Sharia.

Enfim, compreender a religião islâmica, portanto, não se limita apenas a

entender suas crenças teológicas, mas também requer uma compreensão da maneira como ela molda a identidade, as relações sociais e as práticas cotidianas de seus seguidores.

3.2 O véu islâmico: reflexões sobre identidade, religião e cultura

Segundo Ferreira (2013), o movimento feminista e as mudanças na concepção do feminino parecem não abordar a vestimenta islâmica como um aspecto relevante para considerar a liberdade de expressão da religiosidade ou da identidade própria. O uso desse vestuário é cada vez mais estigmatizado pela sociedade e pela mídia.

Ferreira (2013) respalda-se na análise desenvolvida por Mernissi (2003) ao declarar que o hijab possui três dimensões distintas: a primeira é visual, envolvendo o ato de ocultar algo da visão. A origem do verbo árabe “hajaba” é a mesma que a do verbo em inglês “to hide” (esconder/ocultar). A segunda dimensão é espacial, sendo utilizada para separar, marcar a diferença e definir a entrada ou o acesso a determinados espaços. A terceira dimensão refere-se a ética e a moral, relacionando-se ao campo do proibido. A autora completa sua análise afirmando que o véu estabelece uma fronteira de proteção simbólica que separa o que deve ser visto do que não deve ser visto (Ferreira, 2013, 190).

De acordo com Ferreira (2013), o uso do hijab distingue uma mulher das outras que não o utilizam, assim como do restante de seu grupo. No contexto brasileiro, seu uso tem se disseminado como uma escolha feita pela mulher, embora seja uma recomendação alcorânica. Ferreira (2013) elucida que isso é o que Leach (1990) talvez chame de “deslocamento simbólico”, em que o hijab representa tanto a religiosidade feminina quanto uma demarcação da diferença e fabricação da identidade pelo grupo. Esse deslocamento simbólico tem o propósito de atribuir outros significados ao uso do véu, assim como outras intenções (Ferreira, 2013).

Castro (2015) relata a existência de feministas muçulmanas que advogam pelo empoderamento feminino dentro do contexto da religião islâmica, enquanto defendem a não obrigatoriedade do véu. Por outro lado, há indivíduos, tanto homens quanto mulheres, que consideram o uso do hijab como um aspecto fundamental da conduta da mulher muçulmana, simbolizando dignidade e modéstia, além de auxiliar ambos os sexos a preservar a castidade até o casamento.

A autora também ressalta que o véu pode ter propósitos político-ideológicos, como representar resistência em contextos em que os muçulmanos se sentem perseguidos, como ocorre em alguns países europeus governados por políticos de direita, e servir como instrumento para que a mulher garanta sua presença na esfera pública, associada ao gênero masculino em países predominantemente muçulmanos. No Brasil, a prática do hijab pode refletir a busca por capital simbólico e respeito por parte das revertidas em relação aos seus irmãos de fé imigrantes (Castro *apud* Castro, 2015, 364).

163

No Brasil, o uso do véu, quando adotado, torna evidente a filiação à fé islâmica e sujeita as mulheres muçulmanas aos julgamentos e interpretações da religião realizados pela sociedade em geral, influenciada por uma mídia frequentemente orientalista. O termo “orientalista” refere-se a uma perspectiva que tende a retratar culturas não ocidentais de uma maneira exótica, estereotipada ou negativa. Portanto, a mídia pode reforçar preconceitos existentes ou criar uma imagem distorcida do Islã e de seus praticantes, o que pode intensificar os desafios enfrentados pelas mulheres muçulmanas que optam por usar o véu no país (Said *apud* Castro, 2015, 365).

Ao perguntarmos às nossas entrevistadas se já haviam enfrentado algum tipo de preconceito devido à sua religião ou vestimenta, como o uso do hijab, e como lidavam com essa situação, elas nos responderam:

Quando eu cobria o rosto com o niqab, o preconceito era menos evidente, pois as pessoas muitas vezes não esperavam que eu falasse

português. No entanto, ao utilizar apenas o lenço, algumas situações foram mais desafiadoras. Por exemplo, uma mulher tentou remover o lenço da minha cabeça, alegando que eu não estava no meu país. Expliquei que sou brasileira e que tenho o direito de cobrir minha cabeça, assim como Maria, mãe de Jesus, e as freiras fazem. Também ressaltéi que mulheres com câncer frequentemente usam lenços (Entrevistada N).

A segunda entrevistada relata que em seu ambiente de trabalho aqueles que a cumprimentam quando ela não está usando o véu a ignoram quando está com o hijab.

À tarde, fui para escola normalmente, sem o lenço. À noite, fui com o lenço, e a pessoa que me cumprimentou à tarde não me cumprimentou à noite, virou o rosto (Entrevistada L).

A terceira entrevistada nos conta:

Também já enfrentei comentários ofensivos, como ser chamada de “mulher bomba”. Mas, aprendi a não deixar que essas opiniões afetem a minha autoestima ou minha fé. É essencial focar em praticar o que é correto aos olhos de Allah, independente da opinião dos outros (Entrevistada F).

164

A primeira entrevistada declara perceber uma redução do preconceito após a pandemia da covid-19:

Percebo que houve uma redução do preconceito em Londrina após a pandemia, devido à necessidade de cobrir o rosto. Isso levou as pessoas a entenderem melhor a prática de usar o lenço, e muitos comerciantes e mulheres que são muçulmanas e trabalham com o lenço na região contribuem para essa normalização. Porém, ainda existem desafios, especialmente no que diz respeito ao preconceito vindo de outras mulheres. Participo do Grupo de Debates Inter-Religioso[§] e essa tem sido uma forma eficaz de combater o preconceito e promover o entendimento entre diferentes crenças. Esse grupo, reúne membros de várias religiões para discutir temas específicos, buscar direitos e promover campanhas por igualdade e respeito. É importante destacar que o preconceito não afeta apenas os muçulmanos, mas também outras comunidades religiosas, como os praticantes de umbanda. Embora nossa luta ainda seja pequena devido ao número limitado de membros, estamos aos poucos

[§] Fundado em 2015 com a participação do Conselho Municipal de Cultura e Paz (Compaz) e do Londrina Pazeando, o Grupo de Diálogo Inter-Religioso inclui representantes de mais de 15 entidades e associações religiosas. O GDI tem como meta estabelecer um canal de diálogo entre as religiões, fomentando o respeito à diversidade de pensamento, visando construir uma cultura de paz no município de Londrina.

fortalecendo nossa mensagem e expandindo nossa influência. Discutimos uma variedade de tópicos, como “O Casamento Visto de Cada Ponto Religioso” e “A Morte em Cada Ponto Religioso”. Através dessas discussões e do compartilhamento de conhecimento, buscamos promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Embora o preconceito ainda persista, especialmente entre as mulheres, estamos comprometidos a continuar educando e promovendo o entendimento mútuo (Entrevistada N).

Castro (2015) relata ter perguntado às mulheres revertidas da Liga da Juventude Islâmica se já teriam passado por algo similar. Elas confirmaram prontamente a existência da tensão entre muçulmanas e evangélicas. De acordo com uma delas, os muçulmanos são criticados por “não acreditarem em Jesus”. Contudo, ela enfatizou que isso é um equívoco, pois reconhecem Jesus como um profeta, não como filho de Deus. Outra jovem acrescentou que muitas pessoas concluem erroneamente que são contra Jesus (Castro, 2013, tradução nossa *apud* Castro, 2015, p. 368-369). As muçulmanas também apontam o que interpretam como uma associação da vestimenta islâmica com a opressão feminina, feito pelos brasileiros não muçulmanos. Essa percepção tem diferentes consequências para as muçulmanas “de nascimento” e para as revertidas.

Ao questionarmos as entrevistadas sobre quais os principais desafios que as mulheres muçulmanas enfrentam no Brasil, destacaram a dificuldade de encontrar roupas mais largas e a falta de respeito, disseminada principalmente por outras mulheres:

A dificuldade em encontrar roupas que sejam confortáveis e respeitosas com nossas crenças é algo que enfrentamos diariamente. Embora a lei nos defenda, ainda há muita ignorância por parte das pessoas. Muitas vezes, elas não buscam entender e, quando o fazem recorrem a fontes inadequadas. Ao invés de se informarem corretamente, algumas pessoas preferem propagar informações equivocadas, o que resulta em uma percepção negativa de nós muçulmanos. Infelizmente, é comum encontrar vídeos falsos e distorcidos que alimentam estereótipos negativos sobre nossa religião. Isso pode prejudicar nossas oportunidades de trabalho, pois algumas empresas podem recusar candidatas que usem o lenço. A falta de informação das pessoas é um grande obstáculo, pois muitas

mulheres nos julgam de forma injusta em todas as situações. Por exemplo, já fui chamada de “vagabunda” por simplesmente conversar com um homem casado. Esses preconceitos tornam difícil para muitas de nós conciliar nossas crenças com nossa vida profissional. Para algumas mulheres que são novas na religião, essa falta de informação pode ser ainda mais complicada, especialmente se não tiverem apoio em casa (Entrevistada N).

Segundo Castro (2015), as mulheres brasileiras não muçulmanas percebem o véu como uma forma de dominação masculina, porque impediria a exposição dos atributos femininos. Em contrapartida, as mulheres muçulmanas destacam que também exibem sua beleza, mas apenas para seus maridos. Por fim, é importante mencionar que as mulheres de origem árabe e suas descendentes são vistas pela sociedade brasileira como vítimas, enquanto as revertidas são rotuladas como “traidoras do gênero” por escolherem se submeter a uma religião que, supostamente, prega a submissão feminina (Castro *apud* Castro, 2015, 370-371).

Nossa terceira entrevistada nos expõe:

É comum perceber que as pessoas mudam quando estão sozinhas conosco em comparação com quando estão em público. Eu vivenciei isso com alguém que eu gosto muito. Certa vez, fui ao casamento da filha dela acompanhada da minha filha. Ela mudou completamente sua atitude comigo, provavelmente pela pressão da comunidade ou dos amigos, e olha que na época não estava acontecendo guerra nenhuma. Apesar de compreender o lado dela, fiquei chateada, é claro. Eu já senti na pele algumas dificuldades, é normal para qualquer pessoa que anda por aí de hijab. Já passaram por mim e provavelmente por vocês e falaram “mulher bomba”, passava o carro e falava “mulher bomba” e saía gritando. Temos que ter em mente que por mais que a gente tente agradar alguém, em algum momento acabarei desagradando. Portanto, minha prioridade é seguir o que é correto, conforme prescrito por Allah. Se agradar a Allah, é provável que agrade a maioria. Se agradar a maioria, é provável que não agrade a Allah. Assim, enfrentamos o calor e as perguntas das pessoas sobre porque estamos usando roupas tão quentes. Uma vez, até um motoqueiro me questionou, e eu respondi apontando que ele também estava coberto, com capacete, jaqueta preta, da mesma forma que eu (Entrevistada F).

Castro (2015) relata que os brasileiros geralmente se veem como

tolerantes considerando-se um povo receptivo que acolhe a todos de braços abertos. Todavia, no país, há uma tendência marcante de restringir a afirmação de identidades e diluir a diversidade (Oliveira *apud* Castro, 2015, 372).

Por fim, perguntamos qual mensagem nossas entrevistadas gostariam de transmitir para a sociedade brasileira em relação à diversidade religiosa:

A Bíblia fala muito: “Conhececi a verdade e ela te libertará”. Não é necessário seguir uma religião específica para entender e respeitar as crenças dos outros. O princípio de respeitar as diferentes crenças faz parte do Alcorão. Se alguém atacar a nossa fé, é importante responder com dignidade e lembrar que cada pessoa tem o direito de seguir sua própria religião. Esse princípio de respeito mútuo nos leva a buscar compreender o ponto de vista do outro. Quando nos esforçamos para entender as motivações e crenças de cada pessoa, somos capazes de conviver em paz, apesar de nossas diferenças. No passado, houve muitas brigas na minha família, mas hoje em dia todos convivem bem. A minha família inclui membros de diferentes religiões, como judeus, católicos, evangélicos, umbandistas, ateus, satanistas. Hoje em dia, somos uma mistura de tudo e todos se dão bem. (Entrevistada N)

Em um país como o Brasil, onde a predominância cultural e religiosa é marcada pelo cristianismo, a discussão em torno do hijab representa um reflexo da diversidade e da complexidade da sociedade contemporânea. Ao abordar essa questão, é crucial reconhecer e respeitar as escolhas individuais, os direitos de expressão religiosa e a busca pela inclusão no âmbito social. O debate em torno do véu islâmico nos convida a refletir sobre os valores de tolerância, diversidade e igualdade que devem permear uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Existe uma perspectiva ocidental de que mulheres muçulmanas estão mais suscetíveis à opressão de gênero, pelo simples fato de usarem o véu, o que não corresponde à realidade, pois a grande maioria que opta por utilizar o hijab não o faz por pressão familiar ou do cônjuge, mas sim com o intuito de seguir os preceitos da religião.

Como relata uma de nossas entrevistadas:

[...] minha prioridade é seguir o que é correto, conforme prescrito

por Allah. Se agradar a Allah, é provável que agrade a maioria. Se agradar a maioria, é provável que não agrade a Allah. Assim, enfrentamos o calor e as perguntas das pessoas sobre porque estamos usando roupas tão quentes. (Entrevistada F)

Apesar de todos os esforços e progressos do movimento feminista na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, o sexo feminino continua enfrentando os preconceitos em uma sociedade profundamente machista. A mulher muçulmana, em particular, acaba suportando o peso desse preconceito de forma ainda mais significativa por não se adequar aos padrões estabelecidos pelo Ocidente.

É crucial lembrar que não existe somente uma única maneira correta de se viver; cada mulher carrega consigo sua própria singularidade, suas crenças e opiniões, e é fundamental que essas diferenças sejam respeitadas em todos os âmbitos da esfera social.

Conclusão

168

Com o agravamento dos conflitos locais e regionais, como os ocorridos entre Palestina e Israel, e o retorno ao poder do grupo extremista Talibã no Afeganistão, houve um aumento significativo no número de refugiados muçulmanos. Países europeus têm implementado medidas cada vez mais restritivas em relação à liberdade religiosa dessa população. Essas restrições têm levado muitos muçulmanos a procurarem refúgio em locais onde esperam encontrar condições mais favoráveis para praticar a sua fé e viver em segurança. E o Brasil tem sido um dos destinos escolhidos por esses refugiados em busca de proteção e liberdade religiosa.

A chegada de imigrantes e refugiados muçulmanos ao Brasil traz consigo uma série de desafios e fragilidades, especialmente devido às circunstâncias muitas vezes traumáticas que os levaram a deixar seus países de origem. Nesse contexto, o profissional do Serviço Social desempenha um papel importante e

necessário na inserção e integração dessas pessoas na sociedade brasileira, por meio de políticas sociais abrangentes que abordam diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, habitação.

Ao trabalhar com a população muçulmana, sejam imigrantes, refugiados ou revertidos, os/as profissionais assistentes sociais devem estar atentos às necessidades específicas, levando em consideração sua cultura, religião e formas de vestimenta, para garantir uma abordagem sensível e respeitosa - atuando como mediadores entre essas pessoas e os serviços disponíveis, facilitando o acesso às políticas públicas como assistência social, saúde, habitação e educação.

As ações desenvolvidas para possibilitar a inserção da comunidade muçulmana à sociedade brasileira é essencial para garantir que recebam o apoio necessário para reconstruir suas vidas. Isso envolve uma abordagem empática, que reconhece e respeita a diversidade cultural, religiosa e social, enquanto trabalha para superar as barreiras e desigualdades que enfrentam.

Portanto, a liberdade religiosa é protegida e os/as profissionais que lidam com essa população devem evitar qualquer forma de discriminação com base na religião das pessoas atendidas, ao mesmo tempo em que não devem ser alvo de discriminação por suas próprias convicções religiosas. Além disso, é importante respeitar o princípio constitucional da laicidade do Estado, conforme previsto na Constituição de 1988.

Um estudo centralizado nas mulheres muçulmanas, em particular aquelas que são adeptas ao uso do véu, se faz necessário, especialmente em uma sociedade patriarcal onde as mulheres, de forma geral, estão suscetíveis a diferentes formas de violência, como física, psicológica, moral e patrimonial. As mulheres muçulmanas que residem no país, estando inseridas em uma comunidade minoritária, podem enfrentar essa violência de ambos os lados. Como evidenciado pelas entrevistas realizadas, é importante destacar que o preconceito surge predominantemente entre as próprias mulheres, mais do que

entre os homens. A maior parte desse preconceito surge da perspectiva que enxerga o hijab como um símbolo de opressão.

O véu, conforme a religião islâmica, é um mandamento divino transmitido por Allah ao profeta Muhammad; contudo, as mulheres no Islã possuem o livre arbítrio para escolher usá-lo ou não. É verdade que algumas mulheres podem ser coagidas pela família, cônjuge ou pelo contexto sociocultural do país em que vivem, a usar o véu.

Quando buscamos compreender as motivações que levam os indivíduos a aderirem a uma religião, tão diferente das religiões tradicionalmente presentes no Brasil, estamos contribuindo para promover a diversidade, a pluralidade e a paz nas comunidades onde vivem. Essa compreensão nos permite reconhecer e respeitar a diversidade religiosa, construindo pontes de diálogo e convivência pacífica entre diferentes culturas e crenças.

Bibliografia

170

BAPTISTA, Saulo (2004). Religião e Sociologia. *Revista Caminhando*, vol. 9, n. 1. Disponível em: https://www.academia.edu/64603142/Religi%C3%A3o_e_Sociologia Acesso em: 20/12/2023

CARVALHO, Luciana Soares Neres Rosa de (2017). *Discurso do Ódio e Islamofobia: Quando a Liberdade de Expressão gera Opressão*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24031/1/CARVALHO%2C%20Luciana%20Soares%20Neres%20Rosa%20de.%20Discurso%20do%20%C3%93dio%20e%20Islamofobia.pdf> Acesso em: 03/02/2024

CASTRO, Cristina Maria de (2015). *Usar ou não o Hijab no Brasil? Uma Análise da Religiosidade Islâmica em um Contexto Minoritário*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/sqkxjNR4zwGqphjW6SFCTxw/?lang=pt> Acesso em: 02/03/2024

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa (2013). *Diálogos sobre o Uso do Véu (Hijab): Empoderamento, Identidade e Religiosidade*. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6617/4864> Acesso em: 22/02/2024

MACEDO, Isabella; BARBOSA, Francirosy Campos (2021). Islamofobia de Gênero e Reflexos na Saúde Mental de Mulheres Muçulmanas. *Revista da Universidade de São Paulo*, v. 1, n. 131, 153-161. Tradução. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/357998927_Islamofobia_de_genero_e_reflexos_na_saude_mental_de_mulheres_muçulmanas Acesso em: 03/02/2024

MORAES, Ana Rita de Cássia Vieira de; ALBUQUERQUE, Samira Aparecida Santos (2023). *Entre Minaretes e Manchetes: Uma Análise da Crescente Islamofobia no Brasil e a Impactante Violência Contra Mulheres Muçulmanas*. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/convim/trabalho/337655#:~:text=No%20cen%C3%A1rio%20contempor%C3%A2neo%2C%20enquanto%20minaretes%20se%20erguem%20como,direta%20com%20a%20viol%C3%Aancia%20enfrentada%20por%20mulheres%20mu%C3%A7ulmanas> Acesso em: 15/02/2024

OSMAN, Samira Adel (2019). *A Presença Muçulmana no Brasil: Breve Síntese Histórica*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/hamsa/343> Acesso em: 11/01/2024

PALAZZO, Carmen Lícia (2014). As Múltiplas Faces do Islã. *Saeculum – Revista de História*, n.30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/22242#:~:text=AS%20M%C3%9ALTIPLAS%20FACES%20DO%20ISL%C3%83%Carmen%20L%C3%ADcia%20Palazzo,dando%20%C3%AAnfase%20%C3%A0%20diversidade%20de%20suas%20diversas%20correntes>. Acesso em: 31/12/2023

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. *A Implantação e o Crescimento do Islã no Brasil*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342480> Acesso em: 12/01/2024

SANTOS, Priscila Silva dos (2016). O Estudo da Islamofobia Através dos meios de Comunicação. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 79-90. Semestral. Disponível em: <https://vdocuments.mx/o-estudo-da-islamofobia-atravs-dos-meios-de-ufri.html?page=1> Acesso em: 30/01/2024

SILVA, Daniel Neves (s/d). Islamismo. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/religiao/islamismo.htm#Grupos+do+islamismo> Aces em: 30/12/2023

SOUZA, Bruno Mendelski de (2020). *A Islamofobia na França: Um Estado de Caso (1996-2019)*. 2020. [224] f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/40589> Acesso em: 10/02/2024

TAHA, Fátima Sihame; ALMEIDA, Luciane Pinho de. A Mulher Muçulmana no Brasil: Entre Olhares e Preconceitos (2022). *Expressões Acadêmicas e Diálogos sobre Migração, Refúgio e Políticas Sociais – Volume 2*. – São Paulo: Pimenta Cultural. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/expressoes-academicas-2> Acesso em: 25/01/2024